

*aprovada
e concordado*

*9 votos a favor
> 1 abstenção*

Ata da 24^a Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO

1 No dia 26 de junho de dois mil e sete, na sala de reuniões do Departamento de 2 Patrimônio Genético – DPG, situ à SCEN trecho 2, bloco G, sede do IBAMA, Brasília- 3 DF, realizou-se a 24^a Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade – 4 CONABIO. Registra-se aqui a presença dos seguintes membros desta Comissão: Sr. 5 **Bráulio Ferreira de Souza Dias** (suplente), representante do Ministério do Meio 6 Ambiente – MMA; Sra. **Iolita Bampi** (suplente), representante do Instituto Nacional do 7 Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Sr. **José Francisco** 8 **Montenegro Valls** (suplente), representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e 9 Abastecimento – MAPA; Sra. **Ione Egler** (titular) e Sr. **Herbert Schubart** (suplente), 10 representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT; **Luiz Antonio Dombek** 11 (suplente), representante do Ministério da Integração Nacional - MI; Sra. **Márcia** 12 **Chame dos Santos** (titular), representante do Ministério da Saúde – MS; Sr. **Marcelo** 13 **Barbosa Sampaio** (suplente), representante da Secretaria Especial de Aqüicultura e 14 Pesca da Presidência da República – SEAP; Sra. **Sônia Machado de Campos** 15 **Dietrich** (titular) e Sra. **Nanuza Luiza de Menezes** (suplente), representantes da 16 Academia Brasileira de Ciências – ABC; Sr. **Wilson Loureiro** (suplente), 17 representante da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – 18 ABEMA; **Ângelo Rafael Grecco** (titular), representante da Confederação da 19 Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Sra. **Grace N. Dalla Pria Pereira** (suplente), 20 representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sra. **Fani Mamede** 21 (titular), representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – 22 CONTAG; Sra. **Maria Adélia Oliveira Cruz** (titular), representante do Fórum Brasileiro 23 de ONGs e Movimentos Sociais (movimentos sociais); Sr. **Aladim de Alfaia Gomes** 24 (suplente) representante do Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE. 25 Registra-se a presença da Sra. **Érica Pereira**, da Secretaria da CONABIO. Registra- 26 se também a presença dos seguintes convidados desta reunião: Sr. **Lídio Coradin**, do 27 Ministério do Meio Ambiente; Sra. **Ana Paula Pinho Rodrigues Leal**, do Ministério da 28 Saúde; Sr. **Alexandre Strapasson**, Sr. **Cid Caldas** e Sr. **Roberto L. Barros Santos**, 29 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sr. **Décio Rodrigues**, do 30 Instituto Vitae Civilis; Sr. **Carlos Klink**, da The Nature Conservancy; Sr. **Túlio Dias** 31 **Brito**, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. A pauta da reunião 32 compreendeu os seguinte itens: 1. Abertura; 2. Aprovação da Pauta; 3. Aprovação das 33 Atas da 23^a Reunião Ordinária e 13^a Reunião Extraordinária; 4. Biocombustíveis e 34 Biodiversidade, 4.1 Continuação da apresentação de palestras sobre Biocombustíveis 35 e Biodiversidade: Etanol na Mata Atlântica (MAPA – Alexandre Bertinardi e Vitae 36 Civilis – Décio Rodrigues), Biodiesel no Cerrado (Carlos Klink), 4.2 Deliberação sobre 37 biocombustíveis e biodiversidade; 5. Posição Brasileira na 12^a Reunião do SBSTTA e 38 na 2^a Reunião do Grupo de Trabalho sobre Revisão da Implementação da CDB - 5.1 39 Apresentação da Agenda Interseccional da CDB até a próxima Conferência das Partes 40 – COP e Posição Brasileira no 12th SBSTTA Meeting & 2nd WGRI (Working Group on 41 Review of Implementation) (André Misi / MRE), 5.2. Deliberação sobre temas da 12^a 42 SBSTTA e na 2^a WGRI; 6. O PAC e a Biodiversidade - 6.1 Apresentações sobre o 43 PAC e Biodiversidade (convidados: Gustavo Lino / MP, Miriam Belchior / Casa Civil e 44 outros); 7. Outros Assuntos; 8 Encerramento. O Sr. **Bráulio Dias** – MMA iniciou a 45 reunião consultando a todos a respeito de uma inversão da pauta para que a 46 apresentação do representante do Itamaraty, o Sr. Fernando Coimbra, prevista no

47item 5 da pauta fosse antecipada, uma vez que ele viajaria em missão ao exterior. A
48Sra. **Ione Egler – MCT** solicitou que a inversão também fosse aplicada ao item que
49trata da extensão da prorrogação do prazo da Câmara Técnica de Coleções. Foi
50acatada a inversão de pauta, seguindo a apresentação do Sr. **Fernando Coimbra –**
51Itamaraty, que iniciou comentando estar assumindo a chefia da divisão de meio
52ambiente do Itamaraty, assumindo também a coordenação a participação brasileira
53nas reuniões da CDB, além de em outras convenções de biodiversidade. Informou
54sobre a décima quarta conferência das partes da Convenção sobre Comércio
55Internacional de Proteção de Espécies da Fauna e Flora Silvestre em Perigo de
56Extinção, onde o Brasil incluiu, pela primeira vez nos anexos da CITES, uma espécie
57nativa que foi o pau-brasil no anexo 2; e a transferência do jacaré-açú do anexo um
58para o anexo 2, permitindo o manejo sustentável em Mamirauá. Informou sobre a
59participação do Brasil na décima segunda reunião do órgão técnico-científico da CDB,
60em Paris, onde se tratará de duas questões amplas que é a aplicação da abordagem
61ecossistêmica e a implantação da estratégia global sobre conservação de plantas, em
62seguida se avaliará algumas posições estratégicas relacionadas com a implementação
63da convenção, além de uma discussão do aperfeiçoamento do funcionamento do
64SUBSTA. No início do SUBSTA, haverá uma discussão sobre biocombustíveis e
65biodiversidade. Na segunda reunião do Grupo de Trabalho sobre a Revisão da
66Implementação da Convenção se trabalhará três questões: discussão sobre a
67implementação do plano estratégico da convenção; a segunda seria a questão de
68recursos; e o terceiro, uma discussão mais a fundo da dimensão de implementação da
69convenção. Findo este ciclo de três reuniões em Paris, o momento seguinte é em
70outubro, quando haverá três reuniões em Montreal seguidas: uma sobre o Artigo 8,
71item J – discussão sobre conhecimentos tradicionais associados ao uso da
72Biodiversidade; a a outra que será a primeira das duas reuniões do grupo de trabalho
73sobre acesso de repartição e benefícios; e a terceira, uma reunião sobre o Protocolo
74de Cartagena. Haverá novas reuniões do SBSTTA e do GT sobre Acesso e
75Repartição de Benefícios em janeiro, além de reuniões intermediárias. O Sr. **Ângelo**
76**Greco – CNA** solicitou que fossem apresentados alguns pontos que o Brasil irá
77defender sobre política brasileira de biocombustível. O Sr. **Fernando Coimbra –**
78Itamaraty respondeu que o se procurará, em Paris, destacar a experiência brasileira
79de 30 anos tocando uma proposta de uso do etanol como combustível, tendo a
80possibilidade de uma visão mais profunda acerca do uso do biocombustível, que pode
81ter um impacto favorável em termos de redução das taxas das emissões de gases de
82estufa e também nos termos de poluição urbana, além da dimensão de inovação
83tecnológica que se procurará destacar, inclusive em termos da possibilidade de
84cooperação junto a outros países em desenvolvimento, enfatizando que a relação
85direta entre biocombustível e biodiversidade se dá na medida em que o uso do
86biocombustível significa uma redução das taxas de gases de estufa, e essa redução
87permite que haja um impacto muito menor sobre o impacto que teria a mudança do
88clima em termos de perda de biodiversidade, além da dimensão de cooperação
89internacional e de solidariedade que é um marco do discurso e da atuação brasileira
90na área de Meio Ambiente. A Sra. **Ana Paula Leal – Ministério da Saúde** perguntou
91sobre que tipo de políticas vão ser adotadas pelo Governo Brasileiro, no sentido de
92reduzir, de coibir ou de eliminar a questão do uso da queima da folhagem da cana

93antes do seu plantio, que é também uma questão que gera grande emissão. O Sr.
94**Fernando Coimbra – Itamaraty** respondeu que como se referiu a uma série de
95questões mais de ordem social, não sabe se serão necessariamente objeto de
96consideração em Paris e que não conhece sobre o impacto da queima de cana de
97açúcar em gases do efeito estufa. O Sr. **Bráulio Dias – MMA** informou que existem
98dados no primeiro relatório nacional para a Comissão de Mudanças Climáticas sobre
99emissões associados à queima de cana, e que, como exemplo, citou a legislação do
100Estado de São Paulo sobre a mecanização da colheita em substituição ao processo
101de queima da cana, que se trata de um processo ligado a um problema tecnológico. O
102Sr. **Délcio Rodrigues – Instituto Vitae Civilis** apontou para outros impactos na
103relação entre biocombustíveis e biodiversidade, que se dão mais na ocupação
104territorial, na ocupação de biomassas; problemas que ligam diretamente a produção de
105etanol à depressão de biodiversidade, principalmente na ocupação de novas áreas e
106áreas de proteção; lembrando que o Ministério do Meio Ambiente tem uma ação, uma
107tentativa de coordenar uma série de organizações estaduais de meio ambiente no
108sentido de estabelecer um novo processo de licenciamento para tentar manobrar um
109pouco essa questão. A Sra. **Fani Mamede – CONTAG** disse não conseguir ver a
110questão social dissociada da questão do etanol e biodiversidade, que a questão social
111tem que ser trabalhada e tratada conjuntamente. O Sr. **Fernando Coimbra –**
112**Itamaraty** respondeu primeiramente que certamente na questão de desenvolvimento
113sustentável, a questão da preservação e conservação caminha junto com a dimensão
114social e com a dimensão econômica. Acha que a ocupação dos espaços têm que ter a
115preocupação da sustentabilidade e que é a orientação do geral do Governo Brasileiro,
116de se fazer o aproveitamento e o uso dos recursos de maneira sustentável. Informou
117ainda que a informação que tinha era que a expansão da produção de
118biocombustíveis se concentra em áreas já ocupadas. O Sr. **Bráulio Dias – MMA**
119comentou que os riscos existentes da produção de biocombustíveis é uma
120preocupação específica da CONABIO, com vistas a uma deliberação que oriente o
121governo e vários setores no sentido de garantir esta compatibilidade. O Sr. **Roberto**
122**Loreiro – Ministério da Agricultura** perguntou como o governo brasileiro está
123preparado para lidar com as informações nas mídias internacionais de que o Brasil
124para plantar cana de açúcar vai derrubar a floresta amazônica, por exemplo. O Sr.
125**Fernando Coimbra – Itamaraty** respondeu que a experiência de 30 anos a ser
126apresentada mostra justamente a falácia desta imagem do Brasil, que se terá que ter
127muito cuidado para evitar que a utilização de argumentos para justamente legitimar
128barreiras tarifárias que certamente poderão ser propostas, para justamente reduzir a
129competitividade da produção brasileira. Sendo importante não esquecer o lado do
130biodiesel e do impacto social do biodiesel e das várias alternativas que estão sendo
131estudadas aqui pelos cientistas brasileiros e que permitirão valorizar uma série de
132produtos do patrimônio genético brasileiro e com benefícios sociais significativos. O
133Sr. **Ângelo Greco – CNA** pontuou a preocupação do produtor na conservação porque
134ele quer manter o negócio dele sustentável, ele não quer plantar cana para daqui a
135dez anos não fazer mais nada, ele está querendo criar um sistema onde ele seja auto
136sustentável, que no Brasil há uma preocupação da incorporação dos resíduos vegetais
137no solo, que vai incorporar e enriquecer o solo de matéria orgânica. que é um solo
138normalmente pobre em matéria orgânica, mencionou também a utilização do vinhoto,

Lorena

139que para cada litro de álcool se tem 12 ou 14 litros de vinhoto que já está sendo
140utilizado como adubo nas plantações. Informou ainda que, como representante da
141CNA, estava muito satisfeito com a posição do Brasil apresentada pelo Itamaraty. O
142Sr. **Wilson Loureiro – ABEMA** pontuou a necessidade, observadas as posições
143acerca do etanol, de se trabalhar uma forma de mostrar ao mundo que o Brasil é um
144país sério e que há uma agenda a ser trabalhada e tem que se tomar uma posição. O
145Sr. **Bráulio Dias – MMA** informou que o MMA compartilha da necessidade de se ter
146uma posição equilibrada nesse assunto, que houve problemas com relação a
147programas de expansão da produção de álcool, mas é preciso reconhecer que houve
148avanços, que é necessário adotar uma posição de equilíbrio e reconhecer que a
149expansão e um grande aumento de produção de biocombustíveis, pode sim causar
150impactos ambientais e à biodiversidade, se medidas adequadas e uso de boas
151práticas, de zoneamento ou outros cuidados não forem adotados para evitar esses
152problemas, sem se esquecer da questão social; que é preciso mostrar que o Brasil
153também soube avançar, com condições de transferir tecnologias para outros países
154com base nessa nossa experiência. Disse ainda que o MMA espera que a CONABIO
155possa amadurecer esse assunto e realmente estabelecer do ponto de vista da
156biodiversidade, que é a competência dessa comissão. A Sra. **Fani Mamede –**
157**CONTAG** perguntou ao Sr. Fernando Coimbra quais os representantes da sociedade
158civil o MRE estará levando para a reunião. O Sr. **Fernando Coimbra – Itamaraty**
159respondeu que, apesar de colher subsídios do segmento, não há recursos financeiros
160de custeio de representantes do segmento por parte do MRE. O Sr. **Bráulio Dias –**
161**MMA** complementou que a questão de apoio financeiro sempre foi fator limitante e que
162o Itamaraty nunca teve uma verba específica para isso. O Sr. **Fernando Coimbra –**
163**Itamaraty** finalizou falando da importância que a sociedade discuta esses assuntos e
164que também participe em seus vários segmentos. Lembrando que o Brasil se destaca
165por justamente ter sido o país determinante na consolidação da noção de
166desenvolvimento sustentável, de justamente olhar para a questão, tanto do ponto de
167vista de meio ambiente e conservação e preservação, mas também do ponto de vista
168econômico e do ponto de vista social. Foi passada a palavra ao próximo apresentador,
169o Sr. **Délcio Rodrigues – Vitae Civilis**, que começou fazendo referência ao segmento
170da sociedade civil que está tentando estabelecer uma agenda mínima dentro do
171Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais a ser discutida, principalmente com
172compradores de etanol, mas que a esta agenda se mostrou inviável pelo grande
173número de ONGs que se opõe ao etanol. Entretanto, um outro grupo de organizações
174da sociedade civil, do qual faz parte algumas organizações importantes continua se
175propondo a elaborar essa agenda mínima e discutir, que passa por aspectos
176ambientais, e evidentemente sobre a proteção da biodiversidade, mas não só e
177também sobre aspectos sociais. Falou sobre impactos positivos e negativos com
178relação à produção de Etanol. Falou da monocultura como um dos aspectos
179negativos, bem como de um “cluster” empresarial, observando que existem impactos
180que precisam ser cuidados, em termos de proteção à biodiversidade, em termos de
181proteção à agricultura e às vezes até em termos de tentar proteger a segurança
182alimentar a nível local. Apontou que, no nível Federal e Estadual, não existem
183instrumentos para que a OEMA ou o Ministério regule a implantação de usinas.
184Pontuou que a cana passou por invasão, por ocupação de biomas, questionando onde

185estariam as áreas de reserva legal e áreas de proteção permanente no setor, sendo
186questão importante encontrar mecanismos de boa gestão territorial e do setor
187também. Ponderou que a melhor ferramenta para discutir o *lobby* europeu e
188americano é mostrar a realidade competitiva, que se tem vantagens ambientais
189enormes, como no balanço energético do setor, mas que se tem também problemas e
190está tentando geri-los através de ferramentas efetivas. Com relação ao aspecto
191trabalhista, um dos pontos da agenda mínima com os compradores é que comprem de
192quem contrata 100% de sua mão de obra de acordo com as leis trabalhistas. Com
193relação as queimadas, apontou que a mecanização é importante como instrumento
194porque esses empregos são absolutamente deploráveis, mas ao mesmo tempo você
195tem que criar um programa de recapacitação dessa mão-de-obra, seja via reforma
196agrária, se for o caso, seja via novos empregos, seja via implantação de novas
197culturas em locais não mecanizáveis. Outro ponto da agenda com os compradores é
198que comprem apenas de quem respeita o código florestal. Apontou que, em termo de
199cogeração, a capacidade de geração energética do bagaço é suficiente para se evitar
200a construção da Santo Antônio do Girau no Rio Madeira, que é preciso se utilizar de
201instrumento de licenciamento das normas e um instrumento de gestão do passivo.
202Apontou para o problema do impacto do vinhoto e vinhaça sobre rios e água
203subterrâneas e das ferramentas de otimização no seu uso como fertilizante. O Sr.
204**Bráulio Dias – MMA** agradeceu a apresentação e consultou a comissão sobre
205avançar nas três outras apresentações antes de se fazer os debates sobre os temas
206apresentados. Tendo sido acordado desta maneira. Passando-se então à próxima
207apresentação, do Sr. Alexandre Bertinardi do Ministério da Agricultura. O Sr.
208**Alexandre Bertinardi – Ministério da Agricultura** iniciou a sua apresentação
209pontuando a necessidade de se colocar com bastante clareza e pertinência as
210questões do etanol pelo extremismo apresentados nas discussões. Falou da
211necessidade de se estabelecer estratégia que se tem que ter em termos de
212combustíveis, uma vez que toda a geração de energia causa impacto e que é
213necessário ver a relação do impacto com seu uso final. Que se está diante de um
214grande desafio internacional pela escassez anunciada da falta de petróleo. Fez
215consideração acerca da produção de etanol em escala global, com uma perspectiva
216de 20 anos como produto bastante atraente no mercado internacional. Ponderou sobre
217a diferença forte em termos de rendimento na produção do Etanol. Considerou como
218ponto importante a discussão de agricultura alimentar versus agricultura energética,
219sendo um assunto de estratégia global. Levantou a questão de quais alternativas nós
220temos e em quais países essa expansão pode se dar de uma forma sustentável,
221sendo o Brasil um desses países que nós vemos que tem chance de conseguir
222aumentar a produção de energia com base agrícola e aumentar a produção de
223alimentos sem que haja uma competição entre eles, pelo menos em curto e médio
224prazo. Pontuou sobre a conservação do solo com relação à fase agrícola da cana,
225questionando se os impactos desta fase podem ser manejados, de forma a produzir
226etanol de uma maneira bastante sustentável. Sustentável no sentido do meio ambiente
227conseguir suportar aquela carga de pressão. Com relação à parte química, se
228trabalhar a incorporação de matéria orgânica, se trabalhar a questão de rotação de
229cultura de cana com leguminosa e etc, podendo ter uma redução muito grande em
230termos de impacto do uso do solo. Concordou em haver um uso acentuado de

231agrotóxico e com relação à fronteira de expansão. Esse realmente é um assunto que
232preocupa, embora a maior parte das áreas de expansão esteja ocorrendo em áreas de
233pecuária e em áreas de plantio de outras monoculturas como soja, por exemplo.
234Considerou importante a discussão com representantes da sociedade civil e do
235governo e que falta um trabalho mais acentuado dos órgãos estaduais de meio
236ambiente e do MMA, que se faz necessário trabalhar um pouco melhor a legislação
237ambiental para dar elementos para os órgãos estaduais de meio ambiente conseguirem
238gerenciar melhor a expansão. Com relação à prática da queima e da mecanização da
239produção, pontuou as questões de adaptação da produção, no que se baseia a
240legislação de São Paulo, com o tempo para esta adaptação. Falou sobre as questões
241de normatização e regulamentação do trabalho. Apresentou sobre a utilização
242integrada de resíduos. Comentou sobre a questão do etanol com o mercado de
243carbono, a parte de distribuição e consumo e as emissões veiculares, onde se tem
244que as emissões do álcool são inferiores a da gasolina e também reduzem as
245emissões do diesel, quando o álcool é misturado ao diesel em taxas de 5%.
246Comentou, sobre a área estratégica que o Governo está tentando trabalhar em termos
247de estímulo para que o setor se desenvolva, sendo basicamente a região mais pobre
248do Brasil e a idéia é melhorar questões logística de financiamento, de eventual
249redução de carga tributária eventualmente, mas para isso preciso de zoneamento
250agrícola que está em fase de contratação junto com EMBRAPA e UNICAMP. O MAPA
251está fazendo o zoneamento agro-climático dessa região para análise da expansão da
252cana, com vistas a liberação do financiamento dessas questões. Considerou como
253tendo sentido se ter um marco tributário mais amigável para a pequena produção.
254Finalmente, ponderou sobre o etanol como uma das maneiras mais fáceis de reduzir a
255emissão de gás de efeito estufa. O Sr. **Bráulio Dias – MMA** agradeceu a
256apresentação, informando que as palestras estarão disponíveis no sítio eletrônico da
257CONABIO e que o Sr. Alexandre teve uma publicação eletrônica disponibilizada na
258revista Política Agrícola. Passando a próxima apresentação, a do Sr. Carlos Klink, da
259UNB, sobre agricultura no cerrado. O Sr. **Carlos Klinker – UNB** começo informando
260que daria, em sua apresentação, um viés mais acerca do uso da terra, especialmente
261em relação ao biodiesel e o cerrado como uma agricultura em grande escala e até
262mesmo uma monocultura podem ser sustentáveis, que é possível trabalhar
263conservação em terras privadas. Comentou que a agroenergia já é uma realidade para
264o cerrado. Falou que acha que já é possível a se fazer agricultura de grande escala
265sim porém utilizando grande nível de terras degradadas que já existem abertas
266particularmente no cerrado. Considerou fato que o biocombustível do Cerrado será
267originado da soja. Comentou que o setor de grãos é um setor consolidado de onde vai
268vir a produção de biodiesel no país e nos últimos dez ou quinze anos, se tem notado
269que é um setor que se modernizou tremendamente, muito da expansão e da produção
270agrícola do cerrado se deu pela incorporação de novas área e a produtividade de soja
271do cerrado hoje é uma das maiores que a gente tem no planeta. Comentou que existe
272terra mais do que suficiente para expansão em modo sustentáveis. Apresentou as
273paisagens funcionais ou multifuncionais, como é que se faz dentro das paisagens
274produtivas para que elas se tornem um setor onde se possa promover também a
275conservação da biodiversidade; sendo possível levando-se em consideração dois
276pontos: - melhores práticas e regularização da questão ambiental. Comentou que se

277está tentando, de uma maneira coordenada, em combinação com os produtores, com
278o setor privado, com o Ministério Público, inclusive, com as prefeituras, com a ciência
279e etc, fazer um arranjo que seja apropriado para regularização ambiental da produção
280agrícola, mas também que atenda às necessidades da conservação da biodiversidade
281nessas paisagens. Comentou que em julho estariam lançando vários estudos
282estatísticos científicos de legislação, de código florestal do que funciona, do que não
283funciona, e de custos e toda a parte econômica das análise das estratégias. O Sr.
284**Bráulio Dias – MMA** agradeceu e chamou o **Sr. Délcio Rodrigues**, do Instituto Vitae
285Civilis, para compor a mesa, iniciando a rodada de perguntas e discussões sobre os
286temas apresentados. O Sr. **Ângelo Greco – CNA** fez duas perguntas ao Sr. **Délcio**
287**Rodrigues** sobre quais as sugestões dele para agilizar a formação de reservas legais
288em propriedades de pequenos e médios agricultores que se estabeleceram nessas
289áreas há mais de 30 anos. As segunda pergunta foi qual seria a área mínima para o
290estabelecimento de uma micro destilaria de etanol. Fez também duas perguntas ao Sr.
291**Alexandre Bertinardi** se há alguma tecnologia nova de aproveitamento de resíduo
292solido da cana na produção de etanol e quantos hectares de plantação de cana
293contribui com a troca gasosa na atmosfera. Para o Sr. **Carlos Klinker** perguntou se a
294atual legislação ambiental é suficiente para o manejo adequado de áreas do cerrado,
295com fins de produção de agroenergia. O Sr. **Wilson Loureiro – ABEMA** fez duas
296questões ao Sr. **Alexandre Bertinardi**: uma sobre que variáveis foram consideradas
297para definir esses espaços e expansão, a potencial e a estratégica. A segunda sobre
298qual é a agenda do MAPA e a sua estratégia de ação para vencer essa questão. Para
299o Sr. **Carlos Klinker** perguntou sobre as dificuldades de implantação de boas práticas.
300A Sra. **Nanuza Menezes – ABC** perguntou ao Sr. **Délcio Rodrigues** se não há
301possibilidade de, no caso de São Paulo, haver uma reversão no quadro apresentado,
302como por exemplo, em uma área muito grande, se fazer um jardim botânico com as
303plantas nativas. Solicitou ao Sr. **Alexandre Bertinardi** que explicasse um pouquinho
304melhor sobre, no Brasil, ser possível aumentar a produção de energia e aumentar a
305produção de alimentos sem competição. Solicitou também mais explicações ao Sr.
306**Carlos Klinker** sobre a possibilidade de haver uma maneira coordenada de um
307arranjo da paisagens. A Sra. **Maria Adélia Cruz – Fórum Brasileiro de ONGs e**
308**Movimentos Sociais** fez uma pergunta a todos os apresentadores sobre se existe
309informação a respeito das áreas de enclaves úmidos na caatinga e em outros biomas,
310além das reservas legais, que deixam de funcionar como tais uma vez destruídas. O
311Sr. **Bráulio Dias – MMA** solicitou que os palestrantes respondessem a essas
312perguntas antes que outras fossem feitas. O Sr. **Délcio Rodrigues – Instituto Vitae**
313**Civilis**, em resposta ao Sr. **Ângelo Grecco**, para o estabelecimento de reserva legal
314em pequenas e média propriedades instaladas há mais de 30 anos, informou que não
315há nenhuma receita e que esse estabelecimento é caro, apesar de existirem inclusive
316verbas internacionais para este fim, que partes mais interessadas dos produtores tem
317sugerido bancar a manutenção de outras áreas em outros lugares. Com relação à
318microdestilarias, disse que poderia encaminhar uns papers. Em resposta à Sra.
319**Nanuza Menezes**, informou que existem grandes produtores que estão fazendo
320açúcar orgânico e colocando no mercado brasileiro e internacional, e para isso estão
321recuperando uma grande área de floresta anterior. À Sra. Maria Adélia Cruz, disse não
322possuir dados sobre os enclaves úmidos. O Sr. **Alexandre Bertinardi – Ministério da**

323 **Agricultura** comentou sobre a gestão de resíduos sólidos e a cogeração de energia, 324 com relação à palha e ao bagaço da cana, este sempre foi queimado de uma forma 325 ineficiente com caldeiras de baixa pressão e os empresários estão vendo uma nova 326 oportunidade de negócios na agroenergia, sendo os financiamentos do BNDS 327 bastante intensos nessa área e isso é mais energia renovável na matriz energética 328 como um todo. Com tecnologia de geração de energia se tem o uso de caldeiras em 329 alta potência e também gaseificação da biomassa. Comentou a existência de uma 330 rede chamada RIDESA, que é uma rede de universidades federais com pesquisa em 331 cana-de-açúcar, variedades também parte industrial e essas pesquisas mostram que 332 possivelmente nos próximos dez ou quinze anos se terá em escala comercial 333 produção de etanol também com material celulose. O Sr. **Ângelo Greco – CNA** 334 questionou sobre o aproveitamento para fazer placas de aglomerados. O Sr. 335 **Alexandre Bertinardi – Ministério da Agricultura** comentou que existem alternativas 336 pontuais, mas existem dificuldade tecnológica de custo, tamanho do mercado, o que 337 não quer dizer que não pode ser viável em alguns aspectos bastante específicos com 338 uma tecnologia ou outra, mas no geral é geração de energia mesmo no futuro é 339 produzir álcool do bagaço. Com relação a quanto de CO₂ por hectare, comentou que 340 quando se produz o álcool e queima o álcool, você está emitindo o CO₂ quase nas 341 mesmas taxas da gasolina, a grande diferença é que esse CO₂ vai retornar quando 342 você planta a cana-de-açúcar, e no caso da gasolina já não tem mais esse retorno, 343 com um balanço relativamente neutro, apesar de, teoricamente, não ser totalmente 344 neutro, porque há a queima de combustível fóssil no processo. Apontou que, com o 345 bagaço de cana a cada cem milhões de tonelada de cana você evita 12 milhões de 346 toneladas de CO₂ equivalente. Com relação às perguntas do Sr. **Wilson Loureiro**, 347 com relação aqui às variáveis para a expansão, respondeu que o governo usa a 348 restrição ambiental ou por um vínculo de zoneamento com financiamento dirigido. 349 Com relação aqui à agenda do Ministério da Agricultura em assuntos diversos, para a 350 cana trata das fases agrícola e fase industrial. Comentou que há a interação do MAPA 351 nas questões dos estoques para você evitar alta de preço no período de entressafra e 352 de questão de diálogo tanto com o BNDES em financiamento e as necessidades de 353 financiamento. A questão da venda do etanol como um combustível internacional e a 354 criação do Fórum Internacional do Etanol para criar um padrão internacional e isso 355 está sendo criado para conseguir transformar o etanol como *commodities*. O Sr. 356 **Roberto Loureiro – MAPA** complementou que o MAPA possui diversas outras áreas 357 de trabalho com microbacias, com solos que todos tem a ver com qualidade de vida 358 no meio rural, desenvolvimento sustentável, pessoal de orgânicos, promoção, fomento 359 à pesquisa e outros que tem a ver com a vida no campo. O Sr. **Alexandre Bertinardi** 360 – **Ministério da Agricultura** dando continuação a sua explanação, informou à Sra. 361 **Maria Adélia Cruz** que a cana-de-açúcar não tem demonstrado uma expansão 362 tendencial na região nordeste porque a região já está saturadíssima ~~e na se produz~~ 363 cana na região da Zona da Mata-Nordestina. Com relação a pergunta da Sra. **Nanuza** 364 **Menezes**, explicou que com as tecnologias em curso e o andamento do setor, a 365 tendência é de aumentar a produção de leite e carne no Brasil e liberar áreas. 366 Informou que não é verdade que a cana expulsa o gado e esse se desloca para a 367 Amazônia, então a cana estaria destruindo a Amazônia. A questão é como disciplinar 368 essa expansão e ela ocorrer de uma forma sustentável. Aí vem o desafio de se

369trabalhar zoneamento, trabalhar financiamento dirigido e trabalhar ambiental para
370expansão e tudo isso de uma forma articulada. O Sr. **Carlos Klink – UNB** começou
371respondendo sobre a questão de legislação ambiental referente ao cerrado, apontou
372como necessária a melhoria do código florestal, que deve haver um melhor arranjo no
373nível federal como no nível de zoneamentos estaduais, que no nível Federal se pode
374ter alguns instrumentos indutores. A questão da certificação, comentou que é
375interessante se discutir esse caminho, certificação não só no caso do Brasil, mas
376certificação na produção agrícola mundial. Comentou sobre a questão da legislação
377ambiental na produção. Com relação à reserva legal, comentou em se levar para
378fóruns maiores onde, se se conseguir colocar conhecimento e instrumentação e com
379metas claras e bem definidas, pode ser instrumento de solução. Na questão do
380planejamento da paisagem, informou sobre a possibilidade pela Medida Provisória
381última em 2001, com relação a compensação do passivo de acordo com a lei em
382algumas situações específicas. Comentou que o problema dos bosques é de reserva
383de código florestal. O Sr. **Luiz Dombek – Ministério da Integração** comentou sobre a
384importância do tema de biocombustíveis e biodiversidade. O Sr. **Aladim Gomes –**
385**MONAPE** comentou que se hoje reinicia, principalmente na região de várzea, a
386derrubada para o plantio de cana, vai ter que derrubar todas as florestas,
387questionando qual seria a alternativa que teria para o incentivo na região amazônica
388para se plantar a cana, sem que desmate as florestas. A Sra. **Ione Egler – MCT** fez
389três perguntas: a primeira com relação ao que falta na Academia para que ela atue na
390capacidade de implementar e de monitorar os resultados. A segunda foi sobre até que
391ponto a falta de uma regulamentação de função social relacionada a serviço ambiental
392é crítico para que se possa efetivamente implantar as questões de licenciamento. E a
393terceira, direcionada ao Sr. Alexandre Bertinardi, sobre até que percentual os
394produtores sucroalcooleiros de maior escala vão ao crédito para realizar suas
395atividades. A Sra. **Márcia Chame – Ministério da Saúde** perguntou quando se
396incorporou o mapa das áreas prioritárias da biodiversidade como uma questão
397fundamental para isso, uma vez que os leilões de mamonas no semi-árido não
398levaram em consideração as áreas prioritárias. O Sr. **Délcio Rodrigues – Instituto**
399**Vitae Civilis** pontuou que gostaria que esse ciclo do biocombustível fosse um ciclo
400perene e que não seja um ciclo sustentável. Comentou que o prioritário não pode ser
401só expansão, comercialização, criar *commodities* internacional de etanol. O prioritário
402tem que ser cuidado da produção aqui e integração de todos os braços. Considerou
403que a CONABIO pode ter o papel de ajudar a tentar fazer com que a visão do
404Ministério do Meio Ambiente penetre nesse processo hoje. Com relação ao
405licenciamento, comentou que o que acontece no entorno não faz parte, que a terra do
406entorno de uma usina, quer seja de propriedade da usina, quer não seja, está sob a
407responsabilidade da usina de alguma forma na cadeia produtiva e ela tinha que entrar
408no licenciamento da planta. O Sr. **Roberto Loureiro – MAPA** comentou que é uma
409preocupação imediata do MAPA a questão de integração, com relação a questão da
410transversalidade, se está conseguindo resolver um pouco dentro do Ministério. O Sr.
411**Alexandre Bertinardi – MAPA**, com relação a pergunta da Sra. Ione Egler, informou
412que é praticamente 100% os financiamentos industriais, dos projetos novos e reformas
413de usinas. Considerou ainda que se pode atrelar normas aos instrumentos
414enconômicos, que é importante se refletir quando se olha a questão da dinâmica do

415desmatamento, a questão da pressão sobre a floresta, que não tem se dado por uma
416questão de cana-de-açúcar, sendo uma questão de custo de oportunidade da
417produção rural. Comentou que o biodiesel ainda tem um longo tempo aí de maturação
418para se conseguir um bom programa, sendo uma estratégia do Presidente Lula
419desenvolver espécies específicas para a região semi-árido. Comentou ainda que a
420idéia é totalmente diferente do leilão do biodiesel. Não se trata de um estímulo para se
421pagar um preço diferenciado para um biodiesel ou uma redução tributária que nem de
422uma área tal. A idéia é se ter um zoneamento para que se faça um financiamento
423dirigido ou financiamentos mais vantajosos para áreas estratégicas e informando que
424o uso dos mapas das áreas prioritárias de biodiversidade ainda está em discussão. O
425Sr. **Roberto Loureiro – MAPA** complementou com a informação que todo o
426zoneamento hoje é feito junto ao Ministério do Meio Ambiente. O Sr. **Alexandre**
427**Bertinardi – MAPA** comunicou que há a idéia de que o Ministério do Meio Ambiente
428participe do desenvolvimento desse trabalho de zoneamento. O Sr. **Carlos Klink –**
429**UNB** comentou sobre a ineficácia do Código Florestal, ponderando que talvez seja
430esse um dos papéis do CONABIO de se fazer algumas adequações. Comentou sobre
431esforços como as discussões em torno do pagamento por serviços ambientais via
432água ou via mercado de carbono. Considerou que se avançou tremendamente na
433pesquisa ecológica e biologia da conservação no país principalmente em termos
434acadêmicos. Intervalo de Almoço. O Sr. **Bráulio Dias – MMA** retomou os trabalhos às
43515h00, proondo, enquanto se aguardava o quorum, que se observasse o texto
436distribuído, que era um documento informal chamado biocombustíveis e
437biodiversidade: elementos para uma deliberação da CONABIO. Comentou a
438expectativa de que se pudesse avançar numa discussão para a se fazer um exercício
439coletivo de ver se poderia se chegar num acordo sobre o que seriam os elementos
440básicos de uma deliberação da CONABIO. Comentou sobre o próximo tema para a
441CONABIO que era o PAC. Solicitou aos membros da CONABIO a melhor estratégia
442de encaminhamento para uma deliberação da CONABIO. A Sra. **Maria Adélia Cruz –**
443**Forum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais** manifestou que seria melhor mais
444um momento de discussão, conforme acertado anteriormente. O Sr. **Wilson Loureiro**
445– **ABEMA** manifestou a preocupação da efetividade dos instrumentos das diretrizes
446definidos na CONABIO, sugerindo a elaboração de cartilha e de instrumentos de
447comunicação para as deliberações da CONABIO. O Sr. **Braúlio Dias – MMA**
448comentou não haver uma resposta ideal sobre a efetividade, mas que se trata de um
449trabalho contínuo de construção que deve contar com a ajuda de todos. O Sr. **Ângelo**
450**Greco – CNA** comentou sobre o documento recebido, concordando em se deliberar o
451assunto na próxima reunião, com um pouco mais de tempo para se estudar e se
452aprofundar no assunto. A Sra. **Fani Mamede - Contag** considerou primeiro seguir a
453proposta do Sr. **Bráulio Dias**, de se ler o documento distribuído por ele e segundo,
454decidir o encaminhamento necessário. Compartilhou da preocupação acerca da
455efetividade e alcance das ações da CONABIO. Foi decidido que se deliberaria na
456próxima reunião. A Sra. **Marcia Chame – Ministério da Saúde** solicitou ao Sr. Bráulio
457Dias que explicasse sobre o dia seguinte, como seria o restante da pauta. O Sr.
458**Bráulio Dias – MMA** informou que no dia seguinte a idéia é ter a apresentação sobre
459o PAC, e aí se discutir uma estratégia para lidar com o PAC o que significa que se
460quisesse poderia ainda gastar algum tempo sobre biocombustíveis. O Sr. **José**

461 **Francisco Valls – MAPA** considerou que havia muita coisa no esqueleto apresentado
462 que não deveria ser dita como deliberação, como desnecessário ter que dizer que se
463 respeite leis, mas que se deveria colocar pontos positivos, como por exemplo, se
464 priorizar áreas degradadas, dar preferência a espécies nativas. O Sr. **Braúlio Dias – MMA**
465 esclareceu que os assunto foram levantados previamente, o que não queria
466 dizer que tivessem que ficar na deliberação final. O Sr. **Túlio Brito – CNA** solicitou,
467 como novo membro da CONABIO, algumas explicações adicionais sobre a questão de
468 biodiesel na CONABIO. O Sr. **Braúlio Dias** comentou que a Comissão teve
469 apresentações iniciais das políticas do governo nessa área, tentando se identificar os
470 cenários futuros com expansão de produção de biocombustíveis e potenciais riscos
471 para a biodiversidade e o papel da CONABIO de dar diretrizes com relação a essa
472 questão da biodiversidade ou como a CONABIO pode ajudar nessa discussão toda de
473 fazer com que essa produção toda seja sustentável do ponto de vista da
474 biodiversidade. O Sr. **Braúlio Dias – MMA** solicitou aos membros da CONABIO que
475 levantassem pontos centrais acerca do documento para que fossem discutidos com
476 fins para a deliberação. A Sra. **Grace Dalla Pria – CNI** considerou melhor que a
477 deliberação fosse tomada na próxima reunião, uma vez que haveria a chance de
478 conhecer melhor o documento. O Sr. **Braúlio Dias – MMA** reiterou a idéia de se
479 trabalhar para construir os rascunhos, os elementos para uma decisão que poderia
480 circulada para que os membros mandassem contribuições e então se consolidar o
481 documento para fechar com uma deliberação. O Sr. **Braúlio Dias – MMA** perguntou
482 se seria possível ir se trabalhando o texto à medida que este fosse sendo projetado,
483 ressaltando que não se tratava de consenso. Proposição aceita. Foi iniciada a leitura
484 e discussão do documento, passando inicialmente sem se discutir as considerações,
485 primeiro sobre incentivos econômicos - elaborar mecanismo, incentivo ao uso e
486 consumo racional do uso combustível. O Sr. **José Francisco Valls – MAPA** fez uma
487 ponderação de que ao invés de se elaborar mecanismos de uso, seria estimular a
488 elaboração de mecanismos e uso racional deveria estar em destaque. O Sr. **Braúlio
489 Dias – MMA** solicitou se havia mais alguma manifestação sobre este primeiro tópico.
490 A Sra. **Grace Dalla Pria – CNI** perguntou se não era o caso de qualificar o tipo de
491 combustível em referência. Houve discussão acerca do tema, não se chegando a
492 consenso. Também se debateu se não seria melhor começar a discussão pelo tópico
493 seguinte, da expansão da área cultivada, o que foi acolhido. A Sra. **Maria Adélia Cruz**
494- **Forum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais** considerou que ao invés de
495 priorizar se deveria falar em restringir as áreas de expansão à aquelas áreas
496 degradadas ou já desmatadas. O Sr. **Túlio Brito – CNA** considerou o restringir como
497 um pouco forte ou inadequado, porque já se tem uma legislação bienal no Brasil que é
498 muito restritiva e muito avançada. Considerou a palavra priorizar cabível neste caso. O
499 Sr. **Braúlio Dias – MMA** solicitou atenção ao mandato da CONABIO, bem como o
500 nível de aprofundamento dos tópicos na deliberação e o endereçamento da mesma.
501 Pediu para que se registrasse as idéias. Registra-se aqui a saída do Sr. **Carlos Klink**
502- **UNB**. A Sra. **Márcia Chame – Ministério da Saúde** concordou com Sra. Maria
503 Adélia Cruz no restringir por uma questão de coerência, levando-se em consideração
504 principalmente as áreas degradadas. O Sr. **José Francisco Valls – MAPA** considerou
505 que os termos de priorizar ou restringir está em sintonia com o que se vem
506 defendendo há anos, que há a necessidade de se priorizar para a agricultura as áreas

507já convertidas. Comentou que não é a expansão de biocombustível e sim as culturas
508de plantas que produzem biocombustíveis. A Sra. **Fani Mamede** – **CONTAG**
509comentou sobre as terras que são propriedades particulares com relação a priorização
510de áreas desmatadas. O Sr. **Wilson Loureiro** – **ABEMA** comentou sobre duas
511questões, uma, sendo elementar, que é restringir o financiamento público, a outra é o
512da regulação. Na discussão do item 2, foi sugerido que se fundisse os itens 1 e 2, o
513que foi acatado, ou seja, que se teria que considerar o mapa de cobertura vegetal dos
514biomas para financiamento públicos, se priorizados ou restringidos, de biocombustíveis
515em áreas degradadas. No item 3, se discutiu a necessidade de se fazer referência às
516resoluções CONAMA dos estágios sucessionais de Mata Atlântica e da necessidade
517de um instrumento da CONABIO solicitar o respeito ou a consideração à tais
518documentos. Se manteve a menção às resoluções do CONAMA, bem como a
519necessidade de se mencionar outros biomas, além da orientação ao poder executivo
520que se regulamente por decreto a Lei da Mata Atlântica. No item seguinte, foi
521discutido a menção à Política Nacional de Biodiesel, levantado pela Sra. **Márcia**
522**Chame**, que também sugeriu que se mencionasse as áreas prioritárias. A Sra. **Grace**
523**Dalla Pria** – **CNA** perguntou que indicadores poderão ser usados no futuro, na
524segunda avaliação do mapa de áreas prioritárias, que indiquem vocações de áreas de
525plantio que atendam uma política pública de biocombustível. O Sr. **Braúlio Dias** –
526**MMA** informou que se pode fazer uma sobreposição de instrumentos para se definir
527vulnerabilidades, inclusive se usando o mapa de áreas prioritárias. A Sra. **Grace Dalla**
528**Pria** sugeriu então que se fizesse essa sobreposição. O Sr. **José Francisco Valls** –
529**MAPA** sugeriu adequação de redação, redigindo “observar nas políticas públicas
530referentes a biocombustíveis as recomendações da portaria...”. O que foi acatado. No
531item 5, se substituiu a palavra respeitar por restringir e o Sr. **Braúlio Dias** – **MMA**
532encaminhou a discussão sobre a natureza da recomendação da CONABIO em relação
533à APPS e reservas legais. O Sr. **Túlio Brito** – **CNA** sugeriu que se estimulasse ou
534articulasse a criação de um instrumento de remuneração do produtor rural para
535recuperação e manutenção de reservas legais e APPs. A Sra. **Fani Mamede** –
536**CONTAG** informou que há um projeto de lei do Palocci que entrou agora esse mês já
537dizendo inclusive de onde vai sair esse dinheiro e qual o fundo para o PSA, para
538pagamento de serviços ambientais. Foi adicionado no documento a proposta de
539estimular mecanismos de pagamentos de serviços ambientais. O Sr. **Braúlio Dias** –
540**MMA** comentou sobre a pertinência do objeto, mas salientou a necessidade de estar
541inserido na temática de biocombustíveis. A Sra. **Márcia Chame** – **Ministério da**
542**Saúde** sugeriu, que na questão dos incentivos, as pessoas que tenham reservas
543legais delimitadas ou estejam em processo ou tenham um projeto para isso, sejam
544priorizadas para receber incentivos do governo. A Sra. **Grace Dalla Pria** – **CNI**
545comentou que falta qualificar as APPS, com relação as APPS degradadas. O Sr.
546**Braúlio Dias** – **MMA** respondeu informando que uma APP em uma reserva legal
547deve ser recuperada, mas para suas funções. Uma APP deve ser recuperada para
548uma função ecológica e uma reserva legal deve ser recuperada para uma floresta,
549apesar de poder ser produtiva. A Sra. **Grace Dalla Pria** sugeriu que ficasse mais
550delineado no primeiro item o termo de área degradada. O Sr. **Braúlio Dias** – **MMA**
551deu continuação a discussão, passando para a questão de terras indígenas e
552unidades de conservação, mantendo no texto o respeito a essas áreas. O Sr. **Herbert**

553 **Schubart** – **MCT** manifestou lembrança de quando a SUDAM concedia incentivos, 554 que só podiam ser dados uma vez que se verificava que o projeto não estava sobre 555 área de proteção ou terra indígena. Foi mantida a redação de se respeitar as terras 556 indígenas e unidades de conservação, e seus entornos. Se iniciou a discussão do item 557 sobre respeitar áreas que abrigam espécies da fauna e flora ameaçada de extinção 558 e proteção da fauna e as instruções normativas que atualizaram a lista de espécies 559 ameaçadas. Se discutiu a questão e se manteve o texto, destacando-se a 560 necessidade de se manter como forma de reforçar o que pode parecer óbvio. No item 5618, se discutiu inicialmente os tipos de zoneamentos, o Sr. **Braúlio Dias** – **MMA** expôs 562 a possibilidade de se fazer referência ao zoneamento ecológico econômico e 563 podendo-se fazer referência ao zoneamento mais específico, o que está sendo 564 trabalhado no âmbito da política de biodiesel. O Sr. **José Francisco Valls** – **MAPA** 565 informou que estão sendo feitos dois tipos de zoneamento. Um levando em conta a 566 nova série de produtos agrícolas voltados à produção de biocombustíveis e outro que 567 vai acontecer dentro de projeções geoclimáticas. A Sra. **Fani Mamede** – **CONTAG** 568 registrou pedido que qualquer publicação chancelada pela CONABIO, que seja 569 enviada para os Conselheiros como faz o CONAMA, independentemente de ser 570 recebida durante a reunião. No item 9, foi discutido questões de segurança alimentar, 571 segurança energética e grande produção. O Sr. **José Francisco Valls** – **MAPA** 572 ponderou que se considere segurança alimentar e a segurança energética, mas que é 573 preciso que se leve em conta a produtividade. Que não se estimule em troca de 574 porções de biodiversidade ações de baixa produtividade. O Item 9 ficou para que 575 fosse melhor trabalhado. No item 10, desenvolver instrumentos adequados que 576 garantam monitoramento efetivo para a sustentabilidade dos programas de biodiesel e 577 bioetanol no país. O Sr. **Herbert Schubart** – **MCT** sugeriu que se incorporasse a idéia 578 do item 9 no oito, ficando incorporada a dimensão ecológica de biodiversidade e as 579 questões de segurança alimentar e de produtividade na elaboração do zoneamento. 580 Idéia acatada. O Sr. **José Francisco Valls** – **MAPA** sugeriu que e observasse os 581 nomes corretos dos programas de biodiesel e bioetanol, se houver. Passou ao 582 próximo tópico, quanto à escolha de espécies vegetais a serem cultivadas e seu 583 primeiro item 1, que é priorizar o aproveitamento de espécies nativas com potencial 584 econômico próprios de cada um dos biomas brasileiros conforme levantamento 585 realizado no âmbito do projeto Planos do Futuro, coordenado pelo Ministério do Meio 586 Ambiente. O Sr. **Túlio Brito** – **CNA** considerou ousado se priorizar, mas comentou 587 que achou muito válido incentivar o melhoramento genético de plantas nativas. O Sr. 588 **Braúlio Dias** – **MMA** sugeriu a palavra incentivar, o que foi acatado acatado, bem 589 como o melhor aproveitamento. Ficaram de promover uma melhor adequação do texto 590 na próxima reunião. O item seguinte em discussão foi o uso preferencial de espécies 591 perenes para a produção de biodiesel, decidiu-se manter o texto como reforço a 592 necessidade de desenvolvimento tecnológico sobretudo para as Palmáceas. O Sr. 593 **José Francisco Valls** – **MAPA** comentou que não se esquecesse das restrições que 594 existem ao uso de conhecimento tradicional e ao uso de espécies nativas em 595 pesquisas que visse em a produtividade, que vissem o lançamento de cultivares e etc. 596 O item 3, priorizar plantios em pequena escala no contexto de paisagens 597 diversificadas. Tendo sido proposto novamente a palavra estimular, o que foi aceito. 598 Além da inserção das paisagens multifuncionais. O Sr. **Ângelo Greco** – **CNA** sugeriu

599 colocar aqui também a parte da compensação das áreas para cobrir a reserva legal. O
600 Sr. **Braúlio Dias – MMA** informou que não entraria neste tópico, porque trata quanto à
601 escolha de espécies vegetais a serem cultivadas, mas que esta sugestão deve ser
602 observada no momento adequado. Seguiu-se o item 4, promover sistemas
603 consorciados de integração, lavoura pecuária ou agricultura pecuária e floresta. O Sr.
604 **José Francisco Valls – MAPA** ponderou que, apesar de orientado para
605 biocombustível, isso deveria ser um alvo para sustentabilidade do Brasil inteiro,
606 especialmente da Amazônia. No item 5, promover uma política de intensificação da
607 produção agrícola da palma, nas áreas já desflorestadas da Amazônia, o Sr. **José**
608 **Francisco Valls – MAPA** sugeriu que não se esquecesse que se trata de uma planta
609 introduzida em áreas da Amazônia que estão degradadas (dendê). O Sr. **Braúlio Dias**
610 – **MMA** informou que, do ponto de vista do Ministério do Meio Ambiente, nem toda
611 área degradada tem que ser recuperada para a produção, que se entende que tem
612 áreas degradadas que tem que ser recuperadas para sua função ecológica. Tem
613 áreas de nascente e eventualmente pode se colocar algum qualificativo para não ficar
614 parecendo que a gente está recomendando toda e qualquer área degradada destinada
615 para a produção. A Sra. **Sônia Dietrich – ABC** perguntou ao Sr. Bráulio Dias se pode
616 estimular a plantação de palma, mesmo com estoques baixos de sementes. O Sr.
617 **Braúlio Dias – MMA** respondeu que, do ponto de vista do Ministério do Meio
618 Ambiente, uma ocupação de áreas degradadas da Amazônia com uma cultura perene
619 de característica florestal é muito interessante, porque se alia o aspecto econômico e
620 social que vai dar emprego e o ecológico para, no mínimo, se recuperar uma estrutura
621 com cobertura arbórea. Com relação ao próximo tópico, sobre intensificação, o item 1,
622 promover as boas práticas da agricultura conservadora sustentável. O Sr. **Túlio Brito**
623 – **CNA** considerou que o texto melhor aplicado seria promover as boas práticas da
624 agricultura sustentável. A Sra. **Maria Adélia Cruz – Fórum Brasileiro de ONGs** e
625 **Movimentos Sociais** solicitou que se voltasse ao cabeçalho para adequar ao discutido
626 que seria quanto aos potenciais impactos ambientais decorrentes da intensificação
627 agrícola. O que foi acatado. Com relação aos itens de boa prática da agricultura (1 e
628 2), o Sr. **Túlio Brito – CNA**, bem como os demais membros da CONABIO, ficaram de
629 trazer contribuições para a adequação das terminologias relacionadas às boas práticas
630 agrícolas. O Sr. Bráulio Dias – MMA apresentou o item 3, atender as restrições
631 ambientais e exigências gerais de licenciamento ambiental conforme Resolução do
632 CONAMA; e o item 4, as mesmas orientações só que específicas para o Bioma Mata
633 Atlântica. Foi discutido se o item 3 e o 4 deveriam ser juntados, mas não se deliberou
634 sobre o assunto. O Sr. **Túlio Brito – CNA** comentou sobre, no caso específico do
635 biocombustível, se indicaria para os grandes empreendimentos o termo de referência
636 que levasse em conta a necessidade do estudo de impacto ambiental contemplar a
637 contribuição na macrobacia. Foi redigido novo item de recomendar aos órgãos de
638 licenciamento ambiental que solicite aos demandantes de licenciamento ambiental
639 para biocombustíveis um estudo da demanda agregada de recursos para serviços
640 ambientais na região ou bacia afetada. Devendo-se adequar a redação, se for o caso.
641 O item 6, a questão do selo do combustível social que já está previsto na política de
642 biocombustíveis e a proposta seria de se observar nos contratos para obter o selo de
643 combustível social, na utilização de matéria-prima oleaginosa, que se está presente a
644 conservação de uma cultura de subsistência para o agricultor e sua família e a

645utilização de áreas para outras culturas de forma que ele não se torne escravo da
646monocultura na produção energética. A Sra. **Maria Adélia Cruz** – **Fórum Brasileiro**
647**de ONGs e Movimentos Sociais** fez observação sobre o fato de os critérios para
648obtenção do selo terem sido definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário que
649editou uma instrução normativa., que deveria se buscar essa instrução normativa de
650cinco de julho de 2005, se ela já contempla esses aspectos. O Sr. **Braúlio Dias** –
651**MMA** informou que, durante o seminário surgiram duas idéias. Uma era a questão de
652se garantir que, de fato, não está havendo competição por alimento a nível do
653pequeno produtor. E a outra idéia é transformar esse selo de combustível social num
654selo socioambiental ou algo assim. Sendo necessário, entretanto, a verificação do
655documento elaborado pelo MDA. Na discussão do item 7, checar desde a fase
656agrícola, fase industrial ou no seu complexo, o Sr. **José Francisco Valls** – **MAPA**
657considerou o item muito vago. O Sr. **Túlio Brito** – **CNA** sugeriu que se desse
658preferência para as plantas que geram biocombustível com balanço energético mais
659elevado. O Sr. **José Francisco Valls** – **MAPA** lembrou que a questão de o Brasil
660estar sendo acusado internacionalmente de avançar em cima de seu patrimônio
661biológico com vistas a atender uma demanda externa futura, que se tem que provar
662que pode fazer tudo isso em sintonia com a conservação da biodiversidade. O Sr.
663**Túlio Brito** – **CNA** concordou com essa ponderação em nível micro, mas no nível
664macro, quando mais produtivo e quanto mais energia gerar a área na verdade menos
665se vai afetar a biodiversidade, porque vai se precisar de uma área menor. No nível da
666propriedade, aí a propriedade vai ter que respeitar as APPs, as áreas de reserva legal,
667e quanto melhor for a eficiência energética dessa produtividade de combustível por
668hectare, menos diversidade vai ser perdida. A Sra. **Érica Pereira** – **MMA** lembrou
669sobre o custo de produção, com relação a microalgas, o balanço energético é
670altíssimo mas o custo de produção faz cair ao mesmo patamar que mamona, soja. Foi
671discutido e acatado a inserção no texto dos termos de área de produção, custo de
672produção e custo ambiental. Às 6h36 se encerrou as atividades deste primeiro dia. No
673dia 27 de junho de dois mil e sete, , na sala de reuniões do Departamento de
674Patrimônio Genético – DPG, situ à SCEN trecho 2, bloco G, sede do IBAMA, Brasília-
675DF, o Sr. **Bráulio Dias** – **MMA** deu início ao segundo dia da 24^a Reunião Ordinária da
676CONABIO, informando em resumo o resultado do dia anterior e pautando as
677atividades previstas para o dia. Informou a mudança de prefixo dos telefones do MMA,
678além da mudança de endereço da SBF/MMA. Propôs a retomada da discussão sobre
679mecanismo de incentivo para o uso e consumo racional de combustível. O Sr. **Túlio**
680**Brito** – **CNA** ponderou sobre dar um jeito de beneficiar quem consumiu o
681biocombustível de uma maneira racional ou o combustível de uma maneira geral quem
682tiver mais eficiência, tiver um carro mais econômico, a indústria que gastar menos óleo
683para operar, tem que ter algum benefício nesse sentido. O Sr. **Marcelo Sampaio** –
684**SEAP** observou que, na reunião passada, a temática de microalgas e biocombustível
685fora prejudicada porque ficou ao final do evento não recebendo a ênfase merecida.
686Comentou sobre os *papers* realizados informando sobre as vantagens de se produzir
687biocombustíveis à partir de microalgas, inclusive sobre a áreas requerida para a
688produção. Além do potencial de redução de produtos antrópicos, como a utilização de
689esgoto. Comentou a iniciativa da Petrobrás e da Universidade Federal de Santa
690Catarina e do Rio Grande do Sul, juntamente com o Instituto Nacional de Tecnologia e

691a Fundação M. Okada. Sugeriu uma parceria com o Ministério das Cidades para que
692se embuta no processo de financiamento das unidades de tratamento de efluentes,
693uma concepção de que se tem que aproveitar esse resíduo para produção de
694biocombustíveis, isso talvez seja um incentivo econômico e uma amarração para que
695se dê fim nobre aos resíduos gerados principalmente pelas megalópolis.
696Particularmente, a SEAP já iria junto com o Instituto Nacional de Tecnologia do
697Ministério de Ciência e Tecnologia promover essa reunião. Percebeu parceria de com
698a CONABIO para que se demonstre qual é o real interesse ao país. O Sr. **Bráulio**
699**Dias – MMA** informou achar que é interessante para o país ter uma abordagem
700diversificada. Porque tem as diferenças regionais e cada espécie tem suas limitações
701e vantagens e acho que a questão da alga é uma questão nova, comentou que a
702questão da alga poderia ser tratada não só no item aqui de incentivos, mas no item
703sobre escolha das espécies para produção de biocombustíveis. A Sra. **Nanuza**
704**Menezes – ABC** perguntou se tais microalgas eram de água doce ou se havia a
705possibilidade de usar plâncton marinho. O Sr. **Marcelo Sampaio – SEAP** informou
706que se está trabalhando com duas espécies, uma representante de água doce e uma
707representante do ambiente marinho. Comentou a extrema eficiência fotossintética,
708além de uma produção de óleos considerável. O Sr. **Bráulio Dias – MMA** comentou
709que para o Brasil é muito interessante porque se tem um problema sério de poluição
710das águas e excesso de nutrientes. O Sr. **Marcelo Sampaio – SEAP** se
711comprometeu ainda em enviar, via e-mail, os papers e os endereços eletrônicos à
712Comissão. O Sr. **Bráulio Dias – MMA** informou sobre a idéia de um seminário
713específico sobre esse assunto, que seria interessante também passar alguma
714informação sobre isso à CONABIO. O Sr. **Marcelo Sampaio – SEAP** comentou que
715observou, diante da introdução da temática do biodiesel nessa comissão, a
716possibilidade de se estabelecer uma relação entre o Convênio SEAP-INT e a
717CONABIO. O Sr. **Bráulio Dias – MMA** perguntou ao Sr. Marcelo Sampaio se ainda
718haveria tempo para que a CONABIO tivesse acesso a esse planejamento e fazer
719sugestões. O Sr. **Marcelo Sampaio – SEAP** informou que ainda tinha tempo, apesar
720de o volume para o evento ser escasso e que se o evento se agigantasse, a SEAP
721não teria recursos. O Sr. **Bráulio Dias** comentou que, de repente, a gente pode até
722somar esforços aí. A Sra. **Nanuza Menezes – ABC** comentou sobre o Instituto de
723Botânica do qual a doutora Sônia faz parte, está a equipe mais importante em
724microalgas no Brasil. O Sr. **Marcelo Sampaio – SEAP** comentou sobre uma empresa
725que está fomentando suinocultores a instalarem biodigestores. O Sr. **Bráulio Dias –**
726**MMA** comentou sobre o MMA ter apoiado algumas ações com relação a tratamento da
727questão da suinocultura para reduzir a poluição nos rios e que essa questão da
728possibilidade de aproveitar e produzir via microalgas biocombustíveis seria excelente.
729A Sra. **Márcia Chame – Ministério da Saúde** perguntou ao Sr. Marcelo Sampaio se já
730havia ouvido sobre a Nova Zelândia implementar a produção de diesel através de
731lodo. O Sr. **Marcelo Sampaio – SEAP** informou que a planta da Nova Zelândia de fato
732aproveita lodo, resíduo de tratamento de efluentes e que a CAESB está interessada
733em ser pioneira neste tema. O Sr. **Bráulio Dias – MMA** sugeriu que o assunto
734microalgas entrasse na minuta de deliberação na parte de escolha das espécies
735vegetais e na parte de impactos. Com relação à retomada da questão dos incentivos
736na minuta de deliberação, a Sra. **Iolita Bampi – IBAMA** considerou que deve ser

737mantido combustíveis, mais amplo, mesmo que não seja um foco específico da
738CONABIO, mas a título de recomendação. Houve curto debate em torno da questão,
739marcando esse item com uma interrogação para o foco e o endereçamento. Para o
740item 2, a questão do selo combustível social que existe no programa de biodiesel, com
741sugestões no seminário no sentido de transformar esse selo de combustível social que
742incorpora a critérios de inclusão social nos leilões de compras públicas do programa
743biodiesel, não só no selo social mas no selo sócioambiental com incorporação de
744alguns fatores ou critérios ambientais como, por exemplo, a questão das áreas
745prioritárias de biodiversidade. O Sr. **Marcelo Sampaio – SEAP** comentou que, nesta
746questão do selo, ressaltou que a questão ambiental tem um apelo na sociedade muito
747forte e muitas vezes as pessoas utilizam dessa questão do selo ambiental para
748incorporar produtos que de ambiental não tem absolutamente nada. Ponderou que o
749selo ambiental não pode ser apenas a questão de áreas prioritárias, é apenas um
750parâmetro e é preciso que se avalie cuidadosamente os parâmetros e critérios. E
751estes critérios devem ser discutidos nessa comissão. A Sra. **Márcia Chame -**
752**Ministério da Saúde** manifestou concordância com a ponderação do Sr. Marcelo
753Sampaio. O Sr. **José Francisco Valls – MAPA** comentou que se deveria verificar
754como a dimensão ambiental pode estar aplicada no esquema da certificação do selo
755combustível social. A Sra. **Márcia Chame - Ministério da Saúde** fez observação
756sobre o Decreto 5.297, que estabelece esse combustível social. A Sra. **Márcia Chame**
757- **Ministério da Saúde** considerou retirar “critérios ambientais” por estarem
758indefinidos. O Sr. **José Francisco Valls – MAPA** comentou que a justificativa da
759inclusão da parte ambiental é uma prevenção com relação ao tipo de crítica que pode
760barrar mercado. O Sr. **Bráulio Dias – MMA** comunicou a presença do Sr. **Pedro**
761**Bertoni**, da Casa Civil, para fazer uma exposição sobre o PAC. Consultou os
762membros se poderia interromper esses trabalhos para assistir a apresentação. O que
763foi acatado. O Sr. **Pedro Bertoni – Casa Civil** iniciou a apresentação comentando que
764quem faria a apresentação seria a doutora Mirian Belchior, de Articulação de
765Monitoramento da Casa Civil, mas como ela está em viagem ao exterior ele a substitui
766para o momento. Explicou que o PAC é um programa que tem como objetivos o
767aceleração do ritmo de crescimento da economia, a constatação óbvia do grande
768desafio que se colocou ao Brasil. A aceleração do ritmo do crescimento superar taxas
769médias de 2% ao ano, às vezes um pouquinho mais às vezes um pouquinho menos é
770o grande desafio que se coloca. Associado ao crescimento da Economia, o aumento
771de emprego e da renda com diminuição das desigualdades sociais e regionais no país.
772Ele define o gasto de capital, gasto de investimento como prioridade governamental. O
773Pac é constituído com uma função de planejar a organização do governo num
774horizonte de quatro anos, ele se baseia nos instrumentos de planejamento existentes.
775Contempla as ações em todas as suas etapas, desde a etapa de elaboração de
776estudos, projetos, obtenção de licença, licitação até a etapa da execução das obras
777propriamente dita. Comentou que o PAC divide-se em 3 grandes componentes. Um
778componente de contas nacionais, um componente macroeconômico propriamente dito
779e um componente de medidas institucionais legais ou normativas para dar suporte à
780implementação do PAC, sendo que o componente de investimentos e infra-estrutura
781propriamente dita que é aquele que acaba sendo o de maior evidências na mídia.
782Seguiu a apresentação dos principais aspectos do PAC, inclusive de suas previsões.

783 Deu destaque à criação da super receita, a extinção da rede ferroviária federal e a
784 liquidação da companhia de navegação do Vale do São Francisco. Citou que não se
785 criou nada sem estar em consonância com os planejamentos setoriais. Comentou que
786 articulação forte entre os entes federativos também é importante, destacando o
787 trabalho que se vem fazendo com estados e municípios na definição de saneamentos
788 e habitação. Comentou o problema com o questionamento ambiental, a discussão
789 forte em torno das duas usinas do Rio Madeira, Santo Antônio do Giral, foi o que mais
790 deu polêmica e são obras que certamente estão classificadas no vermelho. O Sr.
791 **Wilson Loureiro – ABEMA** perguntou se quando se fala de ação seria um aeroporto
792 ou um projeto, uma obra. O Sr. **Pedro Bertoni – Casa Civil** respondeu que não
793 necessariamente se trata de empreendimentos fechados, alguns podem estar
794 agrupados em empreendimentos de maior porte. O Sr. **José Francisco Valls – MAPA**
795 perguntou sobre o número de ações que já *a priori* não entraram no que seria o PAC
796 ou se se tratava de todas as ações de governo colocadas em diferentes níveis. O Sr.
797 **Pedro Bertoni – Casa Civil** informou não se tratar de todas as ações, que houve uma
798 seleção. Comentou que o PAC é nesse momento um PAC voltado para infra-estrutura.
799 Comentou ainda que, fora esses segmentos grandes, os segmentos que fazem parte
800 do PAC é basicamente energia, transportes, recursos hídricos, aeroportos e transporte
801 de rodovia, ferrovias, portos, aeroportos e metros de trens urbanos e habitação e
802 saneamento. Observou que o desafio agora é monitorar o resultado, monitorar a
803 execução. O objetivo de monitoramento nesse sentido é a garantia de que os prazos e
804 resultados pactuadas entre os Ministérios Setoriais e o Presidente da República
805 divulgados com a sociedade vão ser cumpridos. Tanto a execução física, a execução
806 orçamentária financeira, quanto o que se chama de resultados processuais, que são
807 marcos legais, normativos e organizativos. Informou a mecânica desse
808 monitoramento, que existe um Comitê Gestor formado pelos Ministros dos órgãos
809 centrais, Planejamento, Fazenda e Casa Civil, e com o respectivo Ministério Setorial e
810 pelas salas setoriais, que se reúnem semanalmente fazendo acompanhamento da
811 execução física financeira dos projetos e o acompanhamento das restrições. Seus
812 encaminhamentos seguem aos Secretários-Executivos dos órgãos envolvidos que
813 remetem aos Grupo Gestor dos Ministros para validação. Finalizou comentando das
814 dificuldades que o Governo tem na apropriação de informações adequadas e
815 confiáveis e que, nos últimos meses, se deu, com o advento do PAC, um passo
816 bastante significativo, ainda concentrado no Ministério de Infra-estrutura, esperasse,
817 porém, que se consiga embarcar outros segmentos, aí com metodologia semelhante
818 que leva não só ao aprimoramento da gestão, aproximação maior da ação setorial
819 com órgãos centrais, e por fim, obtenção de resultados. O Sr. **Bráulio Dias – MMA**
820 agradeceu a apresentação e convidou o Sr. Pedro a se sentar à mesa. Abriu para
821 pergunta

822
823s
824

comijir formas

825 A Sra. **Márcia Chame - Ministério da Saúde** perguntou como, no planejamento do
826 PAC, se está trabalhando a questão de efeitos de longo prazo nas medidas de curto e
827 médio prazo, como no caso da revitalização do São Francisco e das mudanças
828 climáticas. O Sr. **Pedro Bertoni – Casa Civil** começou respondendo às perguntas do

829Sr. Marcelo Sampaio informando que Angra 3 não está no PAC, não foi incorporada
830ainda. Com relação à regulação do artigo 23, ela é fundamental, acha que deve ser
831impulsionada, pois vai dirimir grande parte das pendências e polêmicas que se tem, no
832que tange as questões ambientais. Comentou que o sistema ambiental demanda isso
833e, por consequência, toda a economia acaba sofrendo reflexo negativo da sua não
834regulamentação. Com relação à avaliação ambiental estratégica, acredita haver ainda
835muito caminho a ser trilhado neste ponto. Com relação à questão das ferrovias,
836levantada pelo Sr. José Francisco Valls, comentou que o modelo ferroviário no país
837atualmente é ruim e precisa ser revisto, que os empreendimentos ferroviários que
838estão no PAC e estão apresentando algum resultado, são aqueles em que há um
839natural interesse dos grandes produtores. Que não há questionamento sobre as
840vantagens desse modelo de transporte frente aos das rodovias, mas que há
841problemas de ordem histórica ainda por serem resolvidos. Com relação à pergunta da
842Sra. Márcia Chame, comentou que os estudos ambientais para a transposição foram
843muito bem elaborados, se assim não fosse, a licença ambiental não seria concedida.
844Comentou que não há outra fonte hídrica para o Nordeste setentrional em volume e
845em quantidade necessária para abastecer aquela região. Registra-se aqui o
846agradecimento ao Sr. Pedro Bertoni e o encerramento das atividades da manhã.
847Intervalo para Almoço. Às 14:00, o Sr. **Bráulio Dias – MMA** deu início à retomada dos
848trabalhos da tarde do segundo dia da 24ª Reunião Ordinária da CONABIO,
849começando com a apresentação do Sr. **Gustavo Lino**, do Ministério do Planejamento.
850O Sr. **Gustavo Lino - Ministério do Planejamento** em sua apresentação, comentou
851ser a mesma feita pelo Ministro Paulo Bernardo em evento em São Paulo e que a
852considerou a mais completa dentre 70 apresentações existentes. Foram abordados,
853em sua apresentação, o que é o PAC, a sua constituição, que a sua viabilidade só é
854possível pela estabilidade econômica. Comentou a diferença entre o PPI e o PAC,
855sinalizando que neste último existe fluxo de recursos e monitoramento intensivo.
856Comentou como um de seus fundamentos econômicos a redução, para viabilizar os
857investimentos, de gastos de custeio, exceto aqueles gastos de custeio necessários à
858viabilização dos investimentos, redução dos custos financeiro, tributário e de infra-
859estrutura através do marco regulatório, do meio ambiente. Ponderou que o maior
860entrave que foi diagnosticado, com relação à temática ambiental, é a ausência de
861segurança jurídica da atribuição para realizar o licenciamento ambiental, que remete à
862regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal. Apresentou os cinco blocos das
863medidas do PAC: - estímulo ao crédito., desoneração do sistema tributário,
864investimento à infra-estrutura, melhora do ambiente de investimento e medidas fiscais
865de longo prazo. Comentou que se abriu uma nova linha para combustíveis
866renováveis, que é uma linha que só existia de modo incipiente e que o orçamento da
867Petrobrás vai saindo do BNDES e que foi muito incrementado. Pontuou que houve
868uma desoneração de PIS e COFIS para novos projetos em obras de infra-estrutura,
869que a construção de uma hidrelétrica a partir de agora não vai mais recolher PIS e
870COFIS. Comentou que a expansão do investimento em infra-estrutura é condição para
871aceleração do desenvolvimento sustentável. Informou que o investimento total previsto
872até 2010 é de 503 bilhões de reais, sendo 58 bilhões em logística, transportes, 274
873bilhões em energia, e 170 bilhões em infra-estrutura social e urbana, sem estar
874contabilizada a renúncia fiscal. O Sr. **Bráulio Dias – MMA** perguntou se, com relação

875às duas rodovias, no Acre e no Amapá, há a perspectiva de um esforço de
876planejamento integrado, como fora feito em relação a BR 163. O Sr. **Gustavo Lino -**
877Ministério do Planejamento informou que há esta perspectiva sim, só estão menos
878avançados. Informou que o Governo Federal não pretende realizar nenhuma
879intervenção em nenhum lugar, não só no bioma amazônico, que não leve em
880consideração o entorno e que por isso se está tentando trazer novas ferramentas
881como uma avaliação ambiental estratégica. Continuou a apresentação apresentando
882os planejamentos de ferrovias e hidrovias, além dos terminais portuários. A Sra.
883**Márcia Chame - Ministério da Saúde** comentou achar interessante a Fundação
884Oswaldo Cruz e o Ministério da Saúde terem estudos bastante importantes naquelas
885rodovias fazendo todo o mapeamento de doenças endêmicas, observou que os veios
886de desenvolvimento são veios de surtos importantes de doenças humanas e
887comentou que isso teria que estar na contabilidade. O Sr. **Gustavo Lino - Ministério**
888**do Planejamento** informou que se tais estudos pudessem ser-lhe encaminhados,
889agradeceria. Comentou ainda que os movimentos ambientais demonstram muita
890preocupação com os portos hidroviários na Amazônia, porque muita gente não sabe
891que, na verdade, eles são só para deslocamento de populações ribeirinhas. O Sr.
892**Túlio Brito – CNA** perguntou porque o Ministério do Planejamento tomou a decisão
893de optar por abrir uma nova frente ferroviária, que é a Transnordestina, ao invés de
894concentrar os recursos na Norte-Sul que já estava em construção. O Sr. **Gustavo**
895**Lino - Ministério do Planejamento** respondeu que os recursos alocados na ferrovia
896Norte-Sul já são máximos de acordo com o calendário, com o cronograma possível. A
897Sra. **Márcia Chame - Ministério da Saúde** apresentou preocupação com o montante
898de hidrelétricas a serem construídas e o futuro dos rios, as funções ambientais destes
899e a biodiversidade. O Sr. **Gustavo Lino - Ministério do Planejamento** respondeu que
900só se manterá estas construções nas regiões mais remotas do país. O Sr. **José**
901**Francisco Valls – MAPA** se as termoelétricas contam fundamentalmente com gás
902boliviano ou ainda tem alguma a carvão. O Sr. **Gustavo Lino - Ministério do**
903**Planejamento** respondeu que se procura reduzir a nossa dependência de gás
904boliviano e que, marginalmente, se pensa em carvão. O Sr. **Aladim Gomes –**
905**MONAPE** reportou que no Pará, está sendo implantada uma termoelétrica com carvão
906da Colômbia. O Sr. **Gustavo Lino - Ministério do Planejamento** comentou que os
907eixos de rodovia, os eixos de hidrovia, os eixos de linhas de transmissão de energia
908elétrica são basicamente os mesmos, indicou que há uma perspectiva que o linhão
909que liga as usinas do Madeira ao Centro-Sul substituta as termoelétricas que hoje
910estão aqui e talvez tornem desnecessário o Gasoduto de Porto Velho considerando as
911usinas muito interessantes, mesmo do ponto de vista ambiental. A Sra. **Márcia Chame**
912- **Ministério da Saúde** perguntou se valeria a pena a perda de energia numa linha de
913transmissão desse tamanho. O Sr. **Gustavo Lino - Ministério do Planejamento**
914respondeu que vale, porque mesmo com a perda de energia, ainda é mais barato
915fazer isso. Comentou que há estudos de inventário hidrelétrico de bacias hidrográficas
916e com recursos do PAC, se pretende, até 2010, mais 12 mil MW e, após 2010, com 27
917mil MW, além da construção de oito novas plataformas nos campos situados mais no
918Rio de Janeiro, Espírito Santo, Sul da Bahia, aquela região que é a região que nós
919temos mais petróleo mesmo. Complementou com a informação da previsão de quatro
920novas plantas de refinarias para o HBIO da Petrobrás, majoritariamente oriundo da

921soja, mas levando-se em conta a viabilidade econômica da Palma. Continuou a
922apresentação com as questões de infra-estrutura energética social e a busca pela
923universalização do saneamento. Comentou sobre a questão habitacional, as questões
924de saúde em centros urbanos, a transposição do São Francisco e de investimentos
925em metrô, que é um investimento muito positivo para o Meio Ambiente, principalmente
926em termos de mudanças climáticas, porque o investimento em metrô retira veículos e
927aumenta a velocidade de trânsito dos remanescentes, e isso tem um impacto muito
928positivo. A Sra. **Márcia Chame - Ministério da Saúde** perguntou se os recursos para
929estes investimentos são totalmente de origem Federal. O Sr. **Gustavo Lino -**
930Ministério do Planejamento respondeu que sim, embora a competência para prover
931infra-estrutura urbana seja comum, a competência de organizar e operar sistemas de
932transporte municipais ou mesmo em regiões metropolitanas é do poder local. O Sr.
933**José Francisco Valls – MAPA** questionou se a questão do lixo está incluída dentro
934de saneamento. O Sr. **Gustavo Lino - Ministério do Planejamento** respondeu
935afirmativamente e que, a partir do PPA 2008 a 2011, se terá o mesmo recorte que nós
936temos em saneamento para lixo. Seguindo a apresentação, apontou para as novas
937medidas em andamento, tais como a regulamentação do artigo 23, que ainda está lá
938no congresso; a alteração do marco legal das agências reguladoras; a nova lei do gás
939natural e a reestruturação do sistema brasileiro de defesa da concorrência. Além das
940medidas recentemente adotadas, como o marco regulatório para o setor de
941saneamento, que foi aprovado. O mercado de reseguros que foi aberto e a previsão,
942que ainda está em discussão, da recriação da SUDAM e SUDENE, na lógica de
943redução das desigualdades regionais, além de outros. Deu destaque para, como fator
944primaz na questão da interiorização, para o avanço da fronteira agrícola que ocorre
945dentro de um ciclo de utilização da terra, que possui várias camadas, uma precedendo
946outra e que, como comporta vazios de utilização, seria possível que o sistema
947agüentasse ainda o preenchimento desses vazios com uma utilização adicional da
948terra. Encerrou a apresentação se perguntando como os órgãos centrais de governo,
949frente a tudo isso, sabedores desse processo de interiorização do desenvolvimento,
950que só não é muito grande porque sofre a concorrência forte do processo de
951litoralização, se os investimentos fossem mais deslocados para cá, a interiorização do
952desenvolvimento seria mais rápida. Como se pode pensar na sustentabilidade de todo
953esse conjunto. Informou que para isso, o Ministério do Planejamento concedeu um
954estudo de Planejamento Territorial que ainda não traz uma resposta para isso, e que,
955por aspectos históricos, ninguém no Mundo tem Planejamento Territorial nessa escala,
956que se trata de uma iniciativa pioneira. Comentou ainda que a incorporação da
957avaliação ambiental estratégica ainda está muito incipiente para construir as bases de
958uma análise e aprimorar os instrumentos de planejamento da sustentabilidade,
959conseqüentemente da biodiversidade. O Sr. **Bráulio Dias – MMA** iniciou o ciclo de
960perguntas questionando o Sr. Gustavo Lino vê os entraves para que se faça uso mais
961efetivo da Avaliação Ambiental Estratégica. Também perguntou se o Ministério do
962Planejamento já fez ou tem a intenção, ou ainda, se poderia considerar a Avaliação
963Ambiental Estratégica em envolvimento com o MMA, em termos de se pensar e ter
964uma visão de conjunto, uma avaliação de contabilidade ambiental desse esforço de
965investimento, fazer um balanço disso. Perguntou ainda sobre a questão de visão de
966futuro, por exemplo, com a questão desses cenários de mudança climática. E

967finalmente, perguntou como fica, na avaliação do apresentador, os aspectos
968ambientais já foram adequadamente ou suficientemente contemplados na medida em
969que chamou a atenção para a premissa de um desenvolvimento sustentável com
970sustentabilidade econômica, social e ambiental. O Sr. **Gustavo Lino - Ministério do**
971Planejamento comentou que, em sua opinião pessoal, para a internalização da
972Avaliação Ambiental Estratégica está faltando um reforço conceitual. Informou que em
973agosto deverá ser lançada uma primeira metodologia dentro do PAC de avaliação
974sistêmica e que a análise de sustentabilidade pode ser entendida como uma parcela
975da avaliação ambiental estratégica. Considerou ainda as múltiplas definições de
976Avaliação Ambiental Estratégica. O Sr. **Bráulio Dias – MMA** comentou que acha há
977um consenso essencial de que se está num processo forte de interiorização, de
978expansão de fronteiras, mas que há no país conhecimento e prática para vários
979aspectos da Avaliação Ambiental Estratégica. Colocou a provocação para ver o que se
980pode fazer no Ministério do Meio Ambiente e na CONABIO, além de outros colegiados
981da área ambiental, para avançar neste ponto. O Sr. **Gustavo Lino - Ministério do**
982Planejamento complementou sua explicação comentando que a dificuldade principal
983reside em conseguir dimensionar a contabilidade ambiental, que se tem realmente que
984construir uma agenda, temos que aproximar, principalmente Ministério do Meio
985Ambiente e Planejamento. E espera muito que o MMA possa nos fornecer a maioria
986das respostas para que se possa incorporá-las dentro do planejamento
987governamental. Com relação ao tema mudanças climáticas, comentou que o Governo
988brasileiro está atualmente focado em MDL e que a comissão interministerial de
989mudanças climáticas trata basicamente de projetos de MDL, de certificação. Agora é
990que se começa a trabalhar a agenda da adaptação, que se terá no PPA 2008-2011
991uma ação de elaboração do plano nacional de enfrentamento de mudanças climáticas.
992Comentou que o problema central é que o mundo já ultrapassou o limiar da
993sustentabilidade e que para que haja uma mudança no planejamento dos portos, das
994hidrovias, das ferrovias, tem-se que ampliar o conhecimento com base em critérios
995ambientais. Que aqueles que tratam do assunto meio ambiente precisam provocar o
996Planejamento e chamar a atenção dele para aqueles problemas, mas de um modo
997mais quantificado e que, principalmente na seara ambiental, os problemas estão
998dispostos de uma forma muito genérica. O Sr. **José Francisco Valls – MAPA**
999comentou que, de qualquer maneira, alguns órgãos de governo estão reagindo a
1000essas pesquisas de mudanças climáticas. Disse ainda que muitas previsões são
1001baseadas em premissas e que as próprias premissas vão ter que evoluir. Comentou
1002ainda que se a produtividade aumentar nas terras já convertidas haverá menos
1003necessidade de serem tão urgentes os avanços. Enfatizou a necessidade de uma
1004deliberação da CONABIO que oriente os órgãos que analisam os instrumentos como
1005Eia e Rima passem a considerar o efeito de ações próximas, que órgão ambiental tem
1006o direito de saber o que está se passando em toda a região na medida em que ele
1007recebe um por um dos instrumentos para o licenciamento, mas tem que haver essa
1008preocupação de fazer essa análise integrada. O Sr. **Aladim Gomes – MONAPE**
1009manifestou preocupação da não inclusão do setor produtivo do extrativismo no PAC,
1010que os impactos das obras de expansão na biodiversidade, sobretudo na pesca
1011artesanal, já é fato em alguns lugares, além da preocupação de possível onda de
1012migração. Perguntou ao Sr. Gustavo Lino qual o tempo de vida útil de uma hidrelétrica

1013e se o Brasil tem a melhor lei ambiental do Mundo, por que ela não é aplicada. A Sra.
1014**Maria Adélia Cruz – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais** manifestou
1015preocupação em relação aos prognósticos apresentados pela avaliação do milênio e
1016os cenários futuros mostrados nos relatórios do IPCC, ponderou que não há
1017necessidade de se esmiuçar os dados quando as primeiras avaliações já indicam a
1018necessidade urgente de mudanças. O Sr. **Herbert Schubart – MCT** comentou que
1019acha importante que a sociedade, no caso a sociedade brasileira, possa discutir
1020cenários do que se queira para o país em termos sociais, econômicos, ambientais e
1021estabelecer assim alguns limites e alguns padrões de se promover o desenvolvimento
1022no sentido de se chegar a esses consensos. Perguntou até que ponto o Planejamento,
1023com a participação de outros Ministérios, mesmo da sociedade civil, pensa em fazer
1024avançar essa sinalização. E com relação ao comentário de que se precisa ser mais
1025quantitativo em termos de meio ambiente de biodiversidade, já se saiu do “é preciso
1026proteger a biodiversidade” e frases desse tipo e já se começou a ter propostas mais
1027concretas do ponto de vista do conhecimento. O Sr. **Ângelo Greco – CNA** comentou
1028ser esta a sua última reunião como membro da CONABIO, sendo substituído pelo Sr.
1029Túlio Brito, agradeceu à todos e teceu comentários acerca das mudanças em que se
1030leva em conta biodiversidade no planejamento do crescimento do país, que é uma das
1031funções principais dessa comissão. Vê como muito positivo o diálogo entre os
1032Ministérios do Planejamento e do Meio Ambiente. Perguntou por que o PAC deu
1033preferência às rodovias e não às ferrovias. O Sr. **Gustavo Lino - Ministério do**
1034**Planejamento** iniciou as respostas fazendo um comentário sobre o papel do Ministério
1035do Planejamento no planejamento governamental, que é feito essencialmente no
1036setores e nos conselhos multi-setoriais de governo e que é depois publicizado à
1037sociedade via PPA. O papel do Ministério do Planejamento é fazer um macro
1038cotejamento, ou seja, pegar aquilo que Minas e Energia, Ministério dos Transportes,
1039MMA, o Ministério da Cultura querem fazer, colocar tudo no mesmo caldeirão e
1040verificar se aquilo é sinérgico, que é uma tarefa hercúlea. E a partir daí elencar as
1041prioridades. Registrhou que há, no Governo Federal, no Governo Estadual e no
1042Governo Municipal e na Sociedade Civil Organizada, diversos movimentos tratando de
1043mudanças climáticas tanto na parcela de adaptação quanto na parcela de mitigação.
1044Comentou também que com relação ao incremento de produtividade como possível
1045solução para o avanço da fronteira agrícola, se tem que, quando entra no sistema já
1046antropizado mil novos hectares, aqueles mil hectares podem ser integralmente
1047absorvidos dentro do próprio sistema já antropizado, que pode ser um fator de
1048solução, mas não vê como um fator tão expressivo de contenção da expansão da
1049fronteira agrícola. Quanto à questão levantada pelo Sr. Aladim Gomes, respondeu
1050que as hidroelétricas têm uma vida útil estabelecida se não forem reformadas ou
1051ampliadas e que, com relação ao assoreamento, precisa haver integridade ambiental
1052na bacia hidrográfica para que uma hidrelétrica possa produzir energia
1053indefinidamente. O Sr. **Bráulio Dias – MMA** comentou sobre um dado que indica que
1054para as grandes barragens no Brasil, em média, já estão assoreadas em pelo menos
105515% da sua capacidade de retenção de água e é um dado preocupante. O Sr.
1056**Gustavo Lino - Ministério do Planejamento** complementou as respostas ao Sr.
1057Aladim Gomes informando que a lei é bastante aplicada, apesar de não ter um nível
1058de efetividade pleno, porque não há sistema jurídico capaz de garantir uma efetividade

1059plena. E com relação ao tratamento de comunidades tradicionais e outros assuntos, 1060estes não foram contemplados nessa primeira etapa do PAC. Provavelmente ainda se 1061vai evoluir um fluxo de recursos e monitoramento intensivo para outras searas. Com 1062relação aos comentários da Sra. Maria Adélia, falou sobre uma tentativa de se ampliar 1063o Eia/Rima para embarcar sistematicidades, mas que também há a preocupação de 1064não se chegar além da capacidade máxima do empreendedor para não inviabilizar e é 1065isso que o Planejamento e outros órgãos começam a buscar com o estudo do 1066Planejamento Territorial e que o MMA também busca com a incorporação da 1067Avaliação Ambiental Estratégica, porém ainda há dificuldades na construção de 1068metodologia e em planejamento e no esforço analítico. O Sr. **Bráulio Dias – MMA** 1069sinalizou como uma forma de avançar isso seria fazer avaliações por variável, com a 1070questão do balanço de carbono ou a água. A Sra. **Nanuza Menezes – ABC** pediu um 1071esclarecimento sobre se esse planejamento é feito todo em cima de mapas ou se vai o 1072pessoal no local para ver cada projeto. O Sr. **Gustavo Lino - Ministério do** 1073**Planejamento** respondeu que é tudo feito *in loco* e é um trabalho muito grande. Com 1074relação ao questionamento das ferrovias feito pelo Sr. Ângelo Grecco, informou que se 1075tem uma necessidade premente de ampliação da capacidade de escoamento de carga 1076de longo curso e as rodovias já existem, que há uma idéia de se diversificar o modal 1077de transporte, mas se quer acelerar o crescimento, é muito importante não se 1078desperdiçar a oportunidade de se ampliar a capacidade de transporte das rodovias já 1079existentes. Sendo previsível que já em 2015 e 2020 nós tenhamos um modal de 1080transporte mais equilibrado. Registra-se aqui que o Sr. Gustavo Lino também se 1081despede da comissão e agradece à todos pelo seu tempo de participação. A Sra. 1082**Nanuza Menezes – ABC** perguntou se não se trabalha com fotos de satélite para 1083saber como é a região, sem a necessidade de ir ao local. O Sr. **Gustavo Lino -** 1084**Ministério do Planejamento** respondeu que se referia aos setoriais, como o MME, o 1085MT e o MC, que tem que ir ao local, não obstante se utilize de ferramentas como 1086imagens de satélites, mesmo porque tem audiência pública, tem participação popular 1087e é preciso fazer um levantamento das populações que estão lá. Esse componente 1088populacional é cada vez mais importante em planejamento governamental. A Sra. 1089**Maria Adélia Cruz – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais** sugeriu que 1090se utilizasse os exercícios feitos pela CONABIO no PPA 2008-2011, com base no fato 1091que proteção dos recursos naturais, através da efetiva implementação das unidades 1092de conservação e seu manejo, também significaria proteção da base produtiva do 1093país. O Sr. **Bráulio Dias – MMA** complementou a observação informando que o que 1094se espera do MP é uma parceria no sentido de cada vez mais incorporar no seu 1095planejamento os aspectos ambientais, utilizando o que o MMA vem produzindo e 1096chamando a atenção dos outros atores. A Sra. **Sônia Dietrich – ABC** perguntou o que 1097aconteceria se num desses empreendimentos se demonstrasse que ia ser um perigo 1098grave para a biodiversidade, ou que fosse inviável do ponto de vista de proteção da 1099biodiversidade. O Sr. **Gustavo Lino - Ministério do Planejamento** respondeu que se 1100tem um ordenamento jurídico ambiental tão sofisticado que não considera possível um 1101empreendimento que seja verdadeiramente uma catástrofe ambiental, porque a 1102atividade econômica sempre tem um nível de impacto sobre a biodiversidade que às 1103vezes é negativo e há um nível de tolerância em relação a isso e que ele não 1104consegue licenciamento ambiental; sem licenciamento ambiental não há a instalação

1105do empreendimento. Comentou que se terá, por Parte do MP, condições de ampliar a
1106qualidade da análise do planejamento setorial. Considera que o canal de diálogo
1107entre os setores tem evoluído. Com relação à se acelerar também o estabelecimento
1108de unidades de conservação, uma vez que se tem uma perspectiva de aceleração da
1109implantação de infra-estrutura econômica, houve recentemente uma criação recorde
1110de unidades de conservação. Comentou que no PPA 2008 a 2011, se terá um projeto
1111de demarcação das florestas públicas ao longo da BR 163 para destinação florestal,
1112tanto para criação de unidades de conservação como reservas extrativistas e
1113unidades de conservação de toda modalidade, se terá ainda destinação comunitária
1114de florestas públicas nessa área e conselho em seções florestais, o que é uma nova
1115aposta do governo. O Sr. **Bráulio Dias – MMA** solicitou ao Sr. Gustavo Lino que, se
1116pudesse, enviasse à CONABIO alguma orientação para que, se os membros
1117quisessem uma informação mais detalhada sobre determinado componente do PAC e
1118determinados projetos, para que fossem circulados para todos os membros da
1119CONABIO, porque depois se vai aprofundar na discussão e tentar ver alguns focos na
1120questão de biodiversidade versus iniciativas no PAC, para ver onde se inserir melhor
1121para ajudar nessa melhor articulação. O Sr. **Gustavo Lino - Ministério do**
Planejamento informou que as fontes principais são os sítios eletrônicos do Ministério
1123do Planejamento, da Fazenda e da Casa Civil e da Presidência da República.
1124Registra-se aqui salva de palmas aos Srs. Gustavo Lino, do Ministério do
1125Planejamento e Ângelo Grecco, da CNA. O Sr. **Ângelo Greco – CNA** enfatizou a
1126certeza de que, toda vez que o Sr. Gustavo Lino tiver um planejamento de uma infra-
1127estrutura, ele com certeza avaliará o efeito na biodiversidade pelo fato de ter
1128participado e ver realmente que é uma comissão que está preocupada também com a
1129conservação ambiental e também quer ver o país desenvolver. O Sr. **Bráulio Dias –**
1130MMA informou que a Secretaria da CONABIO vai circular para todos os membros um
1131resumo do que foi discutido com relação à biocombustíveis, pedindo e sugerindo
1132prazos aí para vocês retornarem os comentários para que se possa ter uma
1133deliberação na próxima reunião. Com relação ao PAC, vai ser feita uma consulta a
1134todos com relação aos preparativos para uma próxima etapa de discussão. Com
1135relação à extensão da Câmara de Coleções, como não havia quorum para
1136deliberações, sugeriu que se fizesse uma consulta eletrônica aos membros para se
1137avaliar este tópico. O Sr. **José Francisco Valls – MAPA** registrou que a Sra. Sônia
1138Dietrich aparece no sítio eletrônico do CNPq como pesquisadora sênior. Foi solicitada
1139a indicação da FBONGs e da CNA para a Câmara Técnica do PANBIO. O Sr.
1140**Gustavo Lino - Ministério do Planejamento** solicitou fazer um breve informe sobre o
1141programa da biodiversidade no PPA 2008-2011, apesar de não estar certo se dentro do
1142programa da biodiversidade ou em programas específicos, o incremento de duas
1143frontes em biodiversidade. Uma é do MCT em pesquisas científicas ligadas à
1144biodiversidade. Um outro eixo é o da agrobiodiversidade proposto pelo Ministério do
1145Meio Ambiente, MDA, MDS, MAPA e EMBRAPA. O Sr. **Túlio Brito – CNA** lembrou
1146que ficou para se discutir os instrumentos econômicos para a próxima reunião. Se
1147propôs a fazer uma pequena explanação na comissão, de uns dez ou quinze minutos,
1148do que são instrumentos econômicos e quais os tipos de instrumentos econômicos
1149existentes. O Sr. **Bráulio Dias – MMA** comentou que seria muito útil e que seria
1150importante socializar esse tipo de informação dentro da comissão. Os demais

Ata da 24^a Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO

1151membros da comissão foram consultados, ficando acertado uma breve apresentação
1152na próxima reunião. O Sr. **Túlio Brito** – **CNA** também manifestou desejo de fazer uma
1153apresentação de três ou cinco minutos, do que é a confederação da agricultura e
1154pecuária no Brasil. O Sr. **Bráulio Dias** – **MMA** informou já se conhecer a CNA, mas
1155que é sempre bem-vindo algum esclarecimento. Agradeceu a presença de
1156todos, informando sobre a próxima reunião ao final de agosto. Comentou que o
1157objetivo é ver se na próxima reunião se consegue fechar uma deliberação sobre
1158biocombustíveis e biodiversidade, além de se ter uma discussão mais aprofundada
1159sobre PAC, precisando discutir que tipo de foco se quer dar na Comissão. O Sr.
1160**Aladim Gomes** – **MONAPE** observou que seria interessante se trazer pessoas
1161capazes de fazer contraponto às questões do PAC. O Sr. **Bráulio Dias** – **MMA**
1162informou que seria bem-vindo sugestões de especialistas pelos membros da
1163CONABIO. Informou que as apresentações serão colocadas no sítio eletrônico e se
1164circulará aviso confirmado esta disponibilidade. Em nada mais a ocorrer, deu-se por
1165encerrada a reunião.

1166

1167

1168

1169 Maria Cecília Wey de Brito
1170 Presidente

Bráulio Ferreira de Souza Dias
Secretário-Executivo